

FLORES

DE

64

ficam todas aqui

lembradas e homenaseadas,
em seu numero até hoje incerto.

helleny guariba / iara iavelberg / nilda carvalho
gastone lucia / isis dias / livia maria / maria regina
ana maria / aurora nascimento / anatalia souza / sonia maria
pauline / alceri / maria auxiliadora / lyda
ana rosa / zuleika / esmeraldina
helenira resende / dinacra santana / dinalva oliveira / ieda santos
soledad carret / neide alves dos santos

Por Poliana Caires

FLORES DE 64

Por Amanda Evelyn

Em 1964, um golpe de Estado instalou uma ditadura militar no Brasil que perdurou até 1985 com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República. Durante os 21 anos em que generais se revezaram no poder, todo tipo de tratamento desumano foi dispensado à oposição ou a qualquer um que, na concepção dos agentes do Estado, desafiasse a ordem vigente.

Isto significa dizer que não eram apenas guerrilheiros, comunistas ou democratas – parte da oposição mais clara ao regime - que eram constantemente vigiados e perseguidos, mas também músicos, escritores, jornalistas, que podiam sofrer tortura, tanto física quanto psicológica, sequestros, desaparecimentos forçados e em alguns casos, a morte. Apenas em 1995, no âmbito da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o Estado brasileiro reconheceu o desaparecimento de 135 pessoas desaparecidas entre 1961 e 1979, enquanto as listas de organizações de direitos humanos estimam que quase 400 dissidentes políticos tenham sido sequestrados e mortos pela ditadura brasileira. Até hoje, não há esclarecimentos sobre quando essas pessoas desapareceram, o motivo do desaparecimento, o local e as condições da morte.

O maior trauma, neste caso, é das famílias que não podem passar pelo processo de luto, que inclui o enterro dos restos mortais. Dessa forma, algumas ainda conservam a esperança de reencontrar seus entes queridos, até porque, 50 anos depois do golpe, muitas famílias nem receberam a certidão de óbito de seus parentes desaparecidos.

O projeto “Flores de 64” se insere na perspectiva que preservar a memória daqueles que foram privados de sua vida por agentes estatais é a melhor forma de evitar que esses fatos se repitam na nossa história. Ao relembrar aquelas que tiveram suas vidas interrompidas por discordar do regime militar, é possível que haja identificação com sua história de vida e o entendimento de que eram pessoas comuns, que tinham família, amigos, que estudavam e trabalhavam e que acreditavam no poder de suas ações no mundo.



Amanda Evelyn, estudante de Relações Internacionais da UnB e auxiliar de pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) é filha de Jó do Bethel #01, “Guardiãs da Virtude”, de Brasília.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Como uma organização feminina, as Filhas de Jó Internacional visam o aperfeiçoamento moral de seus membros. Partindo desse pressuposto, o Conselho Guardiã Jurisdicional da Bahia aprovou no ano de 2012 o projeto “Filhas de Jó combatem à violência contra a mulher”, desenvolvido pelo tio Joel Junior.

O projeto tornou-se uma campanha anual para as Filhas de Jó da Bahia e em 2014, ano que a campanha completa dois anos, uma nova forma de tratar a triste realidade da violência foi proposta: homenagear a memória das mulheres vítimas dos “anos de chumbo” no Brasil com o projeto “Flores de 64”.

Conforme apresentado e aprovado na reunião anual do Conselho Guardiã Jurisdicional da Bahia o desenvolvimento do projeto “Flores de 64” será realizado da seguinte forma:

- Cada Bethel ficará responsável por homenagear uma (1) mulher vítima da Ditadura Militar no Brasil. A relação dos nomes das homenageadas e dos Bethéis estão listadas nas páginas 4 e 5 deste material e deve ser seguida.
- A leitura da Biografia da mulher homenageada é atividade obrigatória. Ela poderá ser feita em uma reunião do Bethel, durante o relatório da Bibliotecária, ou em outro momento oportuno. As demais atividades sugeridas são opcionais, no entanto orientamos que sejam realizadas para que haja um rendimento satisfatório do projeto. Vale ressaltar que o Bethel é livre para usar a criatividade na realização das atividades.
- O Bethel terá liberdade de escolher o dia para a realização da homenagem, porém o prazo final será até 30 de setembro.
- Conforme sugerido e aprovado na reunião anual do CGJ, o projeto “Flores de 64” será apurado como ponto extra nas atividades do projeto “Bethel Solidário 2014”.

As dúvidas sobre o projeto deverão ser encaminhadas para os emails:

polianacaires@gmail.com

Poliana Caires

Miss Filha de Jó Bahia

2012 - 2014

marinapinchemel@gmail.com

Marina Pinchemel

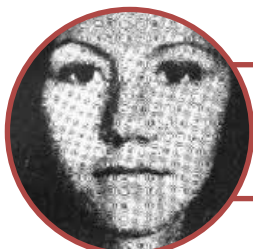
Miss Simpatia Bahia

2012 - 2014

AS HOMENAGENS



Sônia Mª.
Bethel 01



Dinaelza S.
Bethel 02



Ana Rosa
Bethel 03



Alceri Mª
Bethel 04



Nilda Cunha
Bethel 05



Pauline P.
Bethel 06



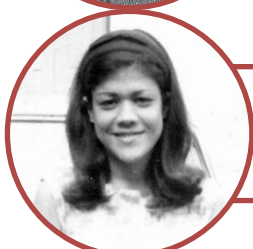
Neide Alves
Bethel 08



Suely Y.
Bethel 09



Anatália S.
Bethel 10



Dinalva O.
Bethel 12



Iara I.
Bethel 14



Esmeraldina
Bethel 15

FLORES DE 64

“FICAM TODAS AQUI LEMBRADAS E HOMENAGEADAS EM SEU NÚMERO ATÉ HOJE INCERTO.”



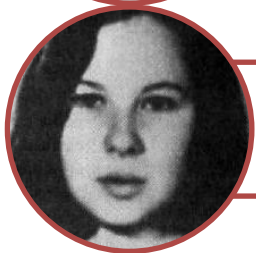
Heleny F.
Bethel 16



Helenira R.
Bethel 17



Gastone
Bethel 18



Aurora Mª
Bethel 19



Soledad B.
Bethel 20



Ísis Dias
Bethel 21



Zuzu Angel
Bethel 22



Mª Auxiliadora
Bethel 23



Ana Maria N.
Bethel 24



Ieda Santos
Bethel UD
Eunápolis



Lígia Maria
Bethel UD
Remanso



Maria Regina
Bethel UD
Serrinha



Marilena P.
Bethel UD
Teixeira de
Freitas

SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES

1946-1973



BIOGRAFIA

Sônia Maria era gaúcha de Santiago do Boqueirão e filha de um oficial do Exército. Morava no Rio de Janeiro e trabalhava como professora de português quando se casou com Stuart Edgar Angel Jones, militante do MR-8 – mais tarde, morto sob torturas e procurado incansavelmente pela mãe, a estilista Zuzu Angel, também morta por ação de agentes do poder público.

Em 1º de maio de 1969, Sônia foi presa quando participava de manifestação de rua na praça Tiradentes. Foi levada para o Dops e, posteriormente, para o presídio feminino São Judas Tadeu, sendo libertada apenas em 6 de agosto daquele ano.

Visada pelos órgãos de segurança depois desse episódio, teve de se manter na clandestinidade. Em maio de 1970, exilou-se na França, onde passou a estudar na Universidade de Vincennes. Para se sustentar, lecionava português na escola de línguas Berlitz, em Paris.

Ao saber da prisão e desaparecimento de Stuart, Sônia decidiu voltar ao Brasil e retomar a luta de resistência. Ingressou então na ALN e morou algum tempo no Chile, onde trabalhou como fotógrafa. Posteriormente, em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo e depois em São Vicente, onde passou a viver com Antônio Carlos Bicalho Lana.

Presos em novembro do mesmo ano, os dois militantes foram torturados até a morte e enterrados como indigentes no cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista. A versão oficial, divulgada em 30 de novembro, dizia que eles haviam morrido em tiroteio, na altura do nº 836 da avenida Pinedo, na Capela do Socorro.

O advogado José Luiz Sobral, amigo da família, procurou o general Adir Fiúza de Castro, também seu amigo e então comandante do DOI/Codi/RJ, para esclarecer as circunstâncias da morte de Sônia e tornou-se portador de um inusitado presente para a família: um cassete da Polícia do Exército, com a recomendação de que ficassem quietos.

João Moraes guardava o presente como uma relíquia, achando que a crueldade dos porões do regime militar chegara ao ponto de ser aquele o instrumento que matara a filha. Depois de muito relutar em acreditar que Sônia não fora morta no

tiroteio informado pelos militares, João Moraes tornou-se uma liderança entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Foi presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, enquanto sua esposa, Cléa, foi secretária da mesma entidade por muitos anos.

Na ocasião da aprovação da Lei nº 9.140/95 – que reconhece oficialmente como mortas pessoas detidas e desaparecidas entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988 em virtude de participação em atividades políticas –, João, já falecido, não presenciou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte da filha. Antes de morrer, ele publicou o livro *O calvário de Sônia: uma história de terror nos porões da ditadura*, que registra a história da vida e morte de sua filha, bem como a dolorosa peregrinação que ele e sua esposa realizaram na busca do corpo e do esclarecimento completo de sua morte sob torturas.

Em 19 de setembro de 1992, na gestão de Luiza Erundina como prefeita de São Paulo, foi inaugurado o complexo viário João Dias – nas proximidades da praça Alceu Amoroso Lima e da marginal do rio Pinheiros –, formado por três grandes viadutos. Um deles foi batizado com o nome de Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 01, “Rosas do Oriente”, Paulo Afonso

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o vídeo "Comissão da Verdade de SP ouve
depoimentos sobre Sonia Angel Jones e Antonio
Carlos Lana"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=TvLfpiTVbuM>

Assistir o vídeo: Depoimento de Carlos
Vereza no Documentário "Sônia Morta Viva"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=LI186t51MPI>

DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO

1949-1974



BIOGRAFIA

Dinaelza Soares Santana Coqueiro, cuja imagem está exposta em forma de banner no auditório do Teatro Glauber Rocha, campus de Vitória da Conquista, desapareceu na Guerrilha do Araguaia, em 1974, aos 25 anos, vítima da perseguição e opressão impostas pela Ditadura Militar.

Baiana de Vitória da Conquista, Dinaelza estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do movimento estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nessa época, casou-se com Vandick, aluno de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia (primeiro nome da Transbrasil) até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

Dinaelza era irmã de Diva Santana, que hoje dirige o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integra a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Quando a Ditadura Militar eclodiu no Brasil, o prefeito de Vitória da Conquista era José Fernandes Pedral Sampaio, que foi de imediato destituído do cargo e chegou a ser preso. Esse episódio, lembra a professora Rita de Cássia Mendes, do Departamento de História (DH) da Uesb, que participou da mesa de abertura do evento, chegou a ser festejado por alguns setores da elite conquistense. "Muitas vezes, a gente costuma criticar a grande imprensa pelo apoio ao Golpe, mas não podemos nos esquecer que, no plano local, nós tivemos veículos de comunicação que se prestaram a divulgar e a difundir os ideais dos golpistas. No nosso caso particular de Vitória da Conquista, o jornal 'O Sertanejo'", emendou, ao explicar sobre algumas das linhas de pesquisa sobre a Ditadura Militar do Laboratório de História Social do Trabalho (Lhist) da Uesb, sob sua coordenação.

A jovem conquistense é um dos milhares de retratos da vida subtraída pela tortura e morte, as marcas mais visíveis do regime ditatorial que completa 50 anos no

Brasil. A mão de ferro da Ditadura não pesou somente nos principais eixos políticos do território brasileiro. Em Vitória da Conquista, como em todo o sudoeste da Bahia, os pequenos camponeses, os movimentos sociais e os sindicatos foram perseguidos e lançados à ilegalidade, como forma de coibir qualquer possibilidade de contestação. E mais: para além da expressa cassação à liberdade individual e coletiva, o regime custou sonhos, anseios e vidas, como a de Dinaelza Coqueiro e tantos outros que ousaram dizer não às oligarquias e aos militares, seus mantenedores.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 02, "Conquistense", Vitória da Conquista

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o vídeo "Memórias Reveladas -
Dinaelza Santana Coqueiro"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=2IsClnP6fh0>

ANA ROSA KUCINSKI SILVA

1942-1974



BIOGRAFIA

"Nós não caracterizamos Ana Rosa como uma jovem superdotada, mas como uma pessoa com muita riqueza cultural intelectual e interna. Emocionalmente era de reações muitas vezes agressivas – forma pela qual se manifestava sua grande sensibilidade. (O "escândalo sem motivos" significava na verdade a percepção de coisas que escapavam dos outros). Existencialmente vivia cheia de dúvidas função justamente dessa sensibilidade, daqueles que a rodeavam e de suas próprias reações. Sua preocupação permanente era conhecer o mundo (caráter político) e crescer como pessoa (autossuperação). Todas as experiências e leituras se situavam nesse contexto. Por trás do caráter aparentemente temperamental residia numa moral firme (embora longe de vitoriana). Facetas dessa firmeza moral eram suas posições políticas – desde a política maior até ao relacionamento profissional – e suas amizades – que tinham um grande peso em sua vida – e o fato de nunca se ter deixado seduzir pela ascensão ao poder – sua postura diante do pessoal da Universidade foi fundamentalmente a mesma desde sua entrada como aluna de 1º ano até seu desaparecimento como assistente-doutor. Sua cultura era o motivo dos choques com o meio. O ambiente que a rodeava era profundamente conservador e superficial. Deste modo seria difícil a aceitação por parte dessa cultura das percepções intelectuais e humanas manifestadas por Ana Rosa. Após 14 anos de convivência diária na Universidade seu desaparecimento não causou grandes episódios de inconformismo. Esse fato demonstra a consciência (ou inconsciência e impermeabilidade humana) do ambiente de trabalho. A inconsciência foi além do mero conformismo pois não provocou nenhuma atitude de procurar saber o que realmente lhe aconteceu. Assim, como não haviam assimilado ou sequer interagido com sua personalidade não se responsabilizaram socialmente por seu destino".

Sérgio e Lourdes, colegas de Ana Rosa

Ana Rosa estudou Química, na USP, durante a efervescência estudantil que marcou o início da resistência ao regime militar nessa área, avançando seu engajamento político a partir do namoro e casamento com Wilson, que em 1966 tinha

organizado com Bernardo Kucinski, seu colega na Física da USP e irmão de Ana Rosa, uma exposição sobre os 30 anos da Guerra Civil Espanhola, na rua Maria Antonia.

No dia 22/04/1974, Ana Rosa saiu do trabalho na Cidade Universitária e foi ao centro da cidade para almoçar com Wilson, num dos restaurantes próximos à Praça da República. Ele saiu do escritório da empresa, na avenida Paulista, junto com seu colega de trabalho Osmar Miranda Dias, para fazer um serviço de rotina também no centro. Terminado o serviço, Wilson separou-se de seu colega e avisou que almoçaria com sua esposa e depois voltaria para o escritório. O casal desapareceu nas proximidades da Praça da República.

Os colegas de Ana Rosa na USP estranharam sua ausência e avisaram a família Kucinski, que imediatamente começou a tomar providências para sua localização. Ao procurarem Wilson, souberam que ele também havia desaparecido. As duas famílias passaram a viver o tormento da busca por informações.

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-CODI/RJ e na "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ), reconheceu Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar a identificou como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza. Também o ex-agente do DOI-CODI/SP, em entrevista à Veja de 18/11/1992, informou: "Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados".

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 03, "Barreirense", Barreiras

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Ana Rosa Kucinski"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=K4si7aWmBbY>

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA

1943-1970



BIOGRAFIA

Nascida a 25 de maio de 1943, em Cachoeira do Sul (RS) Alceri era filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva. Sua família mudou-se para Canoas (RS), onde fez seus estudos até o segundo grau (atual ensino médio) e trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, iniciando sua participação no movimento operário como sócia do Sindicato dos Metalúrgicos. Em seguida, por meio de um advogado do Sindicato, entrou em contato com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Ela era uma moça baixinha, magra, muito alegre e entusiasmada pela luta. Em setembro de 1969 esteve em Cachoeira do Sul (RS), despedindo-se de sua família, quando disse à sua irmã Clélia que ia para São Paulo para se engajar na luta contra a ditadura.

Foi assassinada junto com Antônio dos Três Reis Oliveira, em São Paulo, em 17 de maio de 1970, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança. Seus pais foram informados de sua morte pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas apelidado Dois Dedos. Este, era conhecido em Canoas pela sua ferocidade e avisou à família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos e não deu nenhum detalhe da morte. A família soube apenas isso. Não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura, embora sua irmã Clélia a tenha procurado em delegacias, no IML e na funerária de São Paulo.

A família desestruturou-se com sua morte. O pai, desgostoso, morreu menos de um ano depois, e uma de suas irmãs, Valmira, militante também, não suportou a saudade e a culpa que passou a sentir por ter permitido a saída da irmã de sua casa e suicidou-se.

Alceri e Antônio foram sepultados no Cemitério da Vila Formosa e os seus restos mortais nunca foram resgatados, apesar dos esforços da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus (261/90), criada pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, para acompanhar a identificação das 1.049 ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP), em setembro de 1990. O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993,

informa que Alceri “[...] foi ferida e, posteriormente, veio a falecer no dia 17 de maio de 1970”.

A requisição de exame ao IML/SP, solicitada pelo DOPS/SP em 17 de maio de 1970, indica a morte em decorrência de tiroteio com a polícia. Uma das cópias apresenta carimbo do DOPS. Segundo o laudo de exame necroscópico do IML/SP, de 25 de maio de 1970, realizado por João Pagenoto e Paulo Augusto Queiroz Rocha, Alceri foi morta com quatro tiros.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 04, “Laços de União”, Itabuna

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

NILDA CARVALHO CUNHA

1954-1971



BIOGRAFIA

A feirense Nilda Carvalho Cunha foi presa na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971, no cerco montado ao apartamento onde morreu Iara Lavelberg. Foi levada para o Quartel do Barbalho e, depois, para a Base Aérea de Salvador. Sua prisão é confirmada no relatório da Operação Pajuçara, desencadeada para capturar ou eliminar o guerrilheiro Carlos Lamarca e seu grupo.

Nilda foi liberada no início de novembro do mesmo ano, profundamente e debilitada em consequência das torturas sofridas. Morreu em 14 de novembro, com sintomas de cegueira e asfixia. Ela tinha acabado de completar 17 anos quando foi presa. Fazia o curso secundário e trabalhava como bancária na época em que passou a militar no MR-8 e a viver com Jaileno Sampaio. Foram eles que abrigaram Iara Lavelberg durante sua estada em Salvador.

Emiliano José e Oldack Miranda relatam no livro *Lamarca, o capitão* por Sérgio Rezende, um pouco do que Nilda contou de sua prisão:

– Você já ouviu falar de Fleury? Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpuloso. – Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada [...]. Dos que foram presos no apartamento do edifício Santa Terezinha, apenas Nilda Cunha e Jaileno Sampaio ficaram no Quartel do Barbalho. Ela, aos 17 anos, ele, com 18. – Mas eu não sei quem é o senhor... – Eu matei Marighella. Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava: – Vou acabar com essa sua beleza – e alisava o rosto dela. Ali estava começando o suplício de Nilda. Eram ameaças seguidas, principalmente as do major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência num lugar deserto. Naquele mesmo dia vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente quando pôde abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher: era Iara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio. No início de novembro, decidem libertá-la. Nilda, então, vai ao quartel-general, junto com dona Esmeraldina,

pedir autorização para visitar Jaileno. O chefe da 2ª Seção não permite. Na saída, descendo as escadas, ela grita: – Minha mãe, me segure que estou ficando cega. Foi levada num táxi, chorando, sentindo-se sufocada, não conseguia respirar. Daí para a frente foi perdendo o equilíbrio: depressões constantes, cegueiras repentinas, às vezes um riso desesperado, o olhar perdido. Não dormia, tinha medo de morrer dormindo, chorava e desmaiava. – Eles me acabaram, repetia sempre [...].

Em 4 de novembro, Nilda foi internada na clínica Amepe, em Salvador, conforme prescrição de seu médico, dr. Eduardo Saback. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do major Nilton de Albuquerque Cerqueira em seu quarto de hospital, mas não conseguiram.

Na presença da mãe, ele ameaçou Nilda, disse que parasse com suas frescuras, senão voltaria para o lugar que sabia bem qual era. O estado de Nilda se agravou, e ela foi transferida para o sanatório Bahia, onde faleceu, em 14 de novembro. No seu prontuário, constava que não comia, via pessoas dentro do quarto, sempre homens, soldados, e repetia incessantemente que ia morrer, que estava ficando roxa.

A causa da morte nunca foi conhecida. O atestado de óbito diz: “edema cerebral a esclarecer”. Esmeraldina Carvalho Cunha, que denunciou incessantemente a morte da filha como consequência das torturas, foi encontrada morta em sua casa cerca de um ano depois.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 05, “Princesas da Luz”, Feira de Santana

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

PAULINE PHILIPPE REICHSTUL

1947-1973



BIOGRAFIA

Filha de judeus poloneses, Pauline Reichstul nasceu em Praga (na então Tchecoslováquia), em 1947. Seus pais eram sobreviventes da Segunda Guerra e casaram-se depois de encerrado o conflito. Quando a menina tinha dezoito meses, a família mudou-se para Paris, onde viveu até 1955, voltando então a imigrar, agora para o Brasil.

Com 8 anos de idade, Pauline foi estudar no Liceu Pasteur, em São Paulo. Viveu também em Israel, por um ano e meio, onde trabalhou e estudou. Depois de curtos períodos na Dinamarca e na França, fixou residência na Suíça, em 1966, primeiramente em Lausanne e depois em Genebra.

Em 1970, Pauline completou o curso de Psicologia na Universidade de Genebra. Nesse período, passou a ter contatos com movimentos de estudantes brasileiros de resistência ao regime militar. Assim, passou a trabalhar com vários órgãos de divulgação na Europa, denunciando as violações de direitos humanos no Brasil, especialmente as torturas e mortes de militantes. Foi esposa de Ladislau Dowbor, dirigente da VPR.

Pauline e mais cinco companheiros da VPR foram mortos no Massacre da Chácara São Bento, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 em Paulista (hoje, Abreu e Lima), na grande Recife. A versão do regime militar era de que as mortes teriam ocorrido em consequência de um tiroteio. No entanto, a investigação sobre o caso na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reuniu provas de que, na realidade, os militantes da VPR foram detidos em lugares distintos e, posteriormente, torturados.

Apesar de perfeitamente identificada pelos órgãos de repressão, Pauline foi sepultada como indigente no cemitério da Várzea, no Recife. Em 12 de janeiro de 1973, a exumação de seu corpo e o traslado para São Paulo foram autorizados. Após a aprovação do processo na CE MDP, o irmão de Pauline, Henri Philippe Reichstul, ex-presbítero político e ex-presidente da Petrobras, criou uma fundação com o objetivo de investir a indenização recebida pela família em projetos sociais.

Fundado em 1999, o Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente é uma organização não governamental que atende a crianças e adolescentes, especialmente no Conjunto Taquari, numa região carente de Belo Horizonte.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 06, "Jemima", Barra

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Pauline Philipe
Reichstul"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=Bg56OZXmCFY>

Acessar o site:

<http://www.institutopauline.org/>

NEIDE ALVES DOS SANTOS

1944-1976



BIOGRAFIA

A família de Neide conviveu 21 longos anos com a versão policial de que ela se suicidara ao atear fogo ao corpo. Ela deixou uma filha, na época, com 14 anos de idade.

No início de 1975, Neide atuava no setor de propaganda do PCB, próxima ao ex-deputado potiguar Hiram de Lima Pereira (desaparecido em 15 de janeiro daquele ano), quando a repressão política comandava a “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB.

Documentos oficiais confirmam que foi presa em 6 de fevereiro de 1975 e encaminhada para o DOI-CODI/SP e, depois, para o DOPS/RJ. No DOPS/RJ foi identificada e fotografada em 21 de fevereiro de 1975. Ao ser solta, procurou seus familiares que moravam no Rio de Janeiro. Tinha sinais de tortura por todo o corpo. Foi internada em um hospital e depois voltou a trabalhar em São Paulo, quando teria sido novamente presa.

O último contato mantido com os familiares foi no Natal de 1975. Em 8 de janeiro de 1976, a família ficou sabendo que ela havia morrido. De acordo com a versão apresentada pela polícia, Neide teria ateadado fogo ao próprio corpo, em praça pública, e foi encaminhada por duas pessoas não identificadas ao Hospital do Tatuapé.

O laudo necroscópico foi assinado pelo legista Pêrsio José Ribeiro Carneiro, médico que assinou outros laudos de militantes assassinados pelos órgãos da repressão política.

Ao contrário de outras vítimas do período, o seu nome não aparecia em nenhuma das listas ou dossiês de mortos e desaparecidos da ditadura efetuados pelos familiares. O relator Paulo Gustavo Gonet Branco, representante do Ministério Público na CEMDP na época, indeferiu o pedido da família por considerar que “[...] a morte por ateamento de fogo, em si mesma, em praça pública [...] não preenche os requisitos da lei”.

Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas para analisar o caso. A partir daí começou a ser esclarecido mais um dos crimes cometidos pela ditadura. Em seu voto pelo deferimento do caso, Carvalho Filho chama a atenção para duas particularidades. A versão de suicídio por fogo, tão incomum, e o contexto político da época – a morte

de Neide aconteceu alguns dias antes do desfecho oficial da chamada crise Herzog, quando houve a morte de Manoel Fiel Filho – autorizavam pelo menos uma desconfiança: “Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?”. Conforme o relator, os indícios, em seu conjunto, bastaram para formar uma convicção.

Por todos os fatos levantados, Carvalho Filho concluiu: O relatório do DOPS sobre a internação no Hospital do Tatuapé indica que em poder da vítima foi encontrado “um caderno de anotações dizendo que a mesma pertence ao PCB”, além de citar o mesmo “cognome” constante do relatório reservado do DOI-CODI, “Lúcia”. Esta informação afasta qualquer dúvida referente à origem política do caso. Se não, por que Neide Alves dos Santos foi mantida sob vigilância direta durante, pelo menos, dez dias: da madrugada de 31 de dezembro de 1975 a 9 de janeiro de 1976, quando foi sepultada?

Ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar e para os fins previstos na lei 9.140/95.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 08, “Flor de Cactus”, Xique-Xique

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Comissão da Verdade
relembra o caso Neide dos Santos"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=7e3g-MO8Kko>

SUELY YUMIKO KANAYAMA

1948-1974



BIOGRAFIA

Nasceu em 25 de maio de 1948, em Coronel Macedo (SP), filha de Yutaka Kanayama e Emi Noguchi. Desaparecida em setembro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Era a primeira filha de um casal de imigrantes japoneses. Com 4 anos de idade, mudou-se com a família para Avaré (SP). Em 1965, vieram para a capital paulista residir no bairro de Santo Amaro.

Suely terminou o colegial na Escola Alberto Levy em 1967. Em seguida, ingressou na Universidade de São Paulo, sendo aprovada no vestibular para licenciatura em língua portuguesa e germânica. Durante o período de 1967 a 1969 fez curso de língua japonesa como cadeira opcional.

Na USP, tornou-se amiga de Rioko Kaiano e, juntas, ingressaram na Ação Popular (AP). Mais tarde, outra nikei, Nair Kobashi, as convidou para militarem no PCdoB. Passaram, então, a serem chamadas de o “exército japonês”.

Em fins de 1967, e nos anos que se seguiram, as principais lideranças estudantis foram perseguidas e passaram a viver na clandestinidade ou no exterior, e novas lideranças surgiram. Suely foi uma delas. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970, porém para continuar a luta política ingressou na militância política clandestina.

De acordo com a reportagem publicada no Diário Nippac, de 28 de julho de 1979, no artigo “Yumiko, a Nissei Guerrilheira”, Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, deixando seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá (TO) e seus restos mortais foram, posteriormente, exumados por estranhos. E acrescenta: *Além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida, uma vez que até mesmo seus familiares, inclusive seu irmão, localizado por nós, recusam-se a lembrar e falar dela, e mesmo seus pais já não se encontram mais em São Paulo. Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas e que era portadora de identidade RG - 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco.*

Em outro trecho do mesmo jornal, lê-se: *José Genoio Neto, [...] contava-nos [...] que, conversando com a sua mãe, a senhora Emi, que reside no Sul do país, disse que*

ouviu um emocionante depoimento. Ao relatar toda a história da guerrilha do Araguaia e finalmente tomar conhecimento do que realmente a sua filha Yumiko acreditava, ela diria que “estava muito feliz em saber destas coisas”. Apesar de toda a sua dor, concluiu que “estava aliviada e contente por saber que ela tinha morrido feliz, pelo que sempre acreditou”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Suely foi protocolado com o número 126/96. Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua localizada no bairro Residencial Cosmo.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 09, “Acácia Amarela”, Juazeiro

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Depoimento: Sueli
Kanayama"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=GWH0QZCTw7U>

ANATÁLIA DE SOUZA MELO ALVES

1945-1973



BIOGRAFIA

Ela nasceu no interior de Mossoró, no Rio Grande do Norte, na cidade de Martins (região serrana do Estado), em 9 de julho do ano de 1945. Recebeu o nome de Anatália, uma espécie de equívoco ortográfico, que evidencia a pouca escolaridade dos pais, ou do tabelião.

Coisas do interior, de um Brasil tão diverso e gigante, que quando se diz Natália no Sul, ecoa no Norte como Anatália e assim fica sendo.

Logo, quando tinha apenas cinco anos, a família se transferiu para Mossoró, onde ela fez o curso primário, o ginásio e, por fim, cursou o científico, concluído em 1967. Trabalhava durante o dia, na Cooperativa de Consumo Popular, para estudar à noite. Em 1966, um ano antes da formatura, se apaixonou e iniciou namoro com um bancário, Luiz Alves Neto, emprego fixo no Banco do Brasil. Dava para se casar, e assim o fizeram, em 1968. Parou de trabalhar fora de casa, dedicando-se à atividade de costureira. A vida seguia sem sobressaltos, casa popular comprada pelo financiamento do Fundo de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (FUNDHAP), louça e mobília.

Certo dia, em 1969, Luiz chamou-a para uma conversa séria. Precisavam deixar a cidade, onde ele se sentia mal visto. Anatália questionou, quis entender melhor a decisão da transferência repentina. Neto, porém, só revelou suas ligações com o PCBR e seu papel de liderança nas Ligas Camponesas na noite do embarque. Por decisão do partido, daquele dia em diante iriam para Pernambuco. Anatália vivia seu amor pelo marido e seguiu à risca as suas orientações. Ficou na casa dos pais o tempo suficiente para vender louça e mobília – com o que arrebanhou pouco mais de “um mil cruzeiros novos” – e esperou o aviso de seguir viagem ao encontro de Luiz.

Dez dias depois recebeu uma carta do marido, dizendo que estava à sua espera em Natal. Ela embarcou às seis da manhã e juntos seguiram para Pernambuco. Era dezembro de 1969 e Anatália partira para uma vida totalmente diferente da rotina pacata de dona de casa, que vivera até então. Agora atendia pelo codinome de “Marina” e dividia um “aparelho” com “Maia”- nome adotado por Luiz, seu marido -, “Alex” e “Adriana”. Anatália havia se transformado, por amor, em uma militante de esquerda. Aos olhos do governo militar de então, numa “terrorista”.

No dia 13 de dezembro de 1972, o casal foi preso junto com o militante José Adelino Ramos, o “Lino”, detido em frente ao ponto marcado nas imediações da churrascaria “Gaiola de Ouro”. Luiz Neto escapou mas Anatólia não.

Seu corpo foi entregue a um perito, que faz no laudo emitido, uma descrição, digamos, “olímpica”, do que viu no cadáver da jovem. O torso com equimoses, o pescoço com um sulco de três centímetros, evidenciando a esganadura e, o pior: suas partes pubianas com queimaduras que se estendiam até a altura inicial da coxa. O laudo descreve também hemorragia interna, nos órgãos do tórax e pulmões e conclui que Anatólia morreu em decorrência de asfixia mecânica. No entanto, o delegado adjunto, Amauri Leão Brasil, responsável pela Anatólia naquele dia, descreveu a morte da presa como “suicídio”. Aliás, não foram poucos, na época, a serem “suicidados”.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 10, “Ireceense”, Irecê

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento
oportuno.

Assistir o video "Comissão da Verdade traz
revelações sobre a morte de Anatólia de
Melo Alves"

Link:
<http://www.youtube.com/watch?v=lpOPR6ldh60>

Assistir o video "Comissão da Verdade
divulga detalhes do caso Anatólia Alves"

Link:
<http://www.youtube.com/watch?v=jLh4XyKzl34>

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA

1945-1974



BIOGRAFIA

Conhecida no Araguaia como Dina, cercada de fama legendária, Dinalva era baiana de Castro Alves. Coursou o primário na Escola Rural de Argoim e mudou-se para Salvador, onde fez o ginásio no Instituto de Educação Isaías Alves, por onde também passaram Anísio Teixeira e Milton Santos. Completou o ensino médio no Colégio Estadual da Bahia e formou-se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1968.

Entre 1967 e 1968, participou ativamente do movimento estudantil como representante da Residência Universitária Feminina. Foi presa na época, mas solta logo a seguir. Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro. Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora e parteira. Chegou a ser vice comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado e tinha nascido um novo relacionamento entre ela e Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973.

Sobre sua morte, Hugo Studart apresenta um relato bastante detalhado no livro *A lei da selva*, com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução sumária: *"A subcomandante Dina foi presa na selva por uma patrulha de guerra do Exército [...], em junho de 1974, numa localidade chamada Pau Preto, entre o rio Gameleira e o igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlippe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B"*. O relato de Studart sobre a morte de Dina acrescenta: *"Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, o capitão Sebastião de Moura, codinome dr. Luchini (dr. Curió), retirou Dina. Levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur*

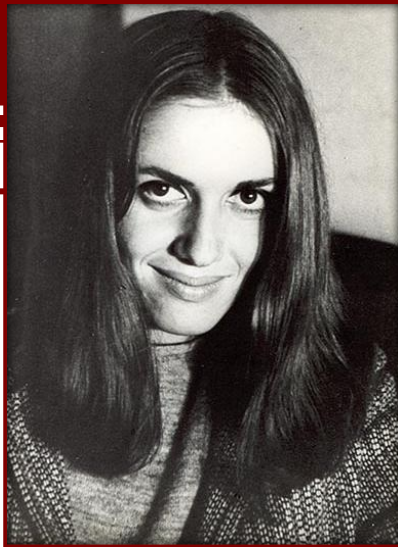
Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava a pequena equipe, três homens. [...]

- Vou morrer agora? – perguntou a guerrilheira.*
- Vai, agora você vai ter que ir – respondeu Ivan.*
- Eu quero morrer de frente – pediu.*
- Então vira pra cá.*

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com uma bala de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo”. Hugo Studart complementa, em novo pé de página: “Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975 teria sido exumado e levado para a cremação em outro local”.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 12, “Lírios da Fraternidade”, Valença

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.



BIOGRAFIA

Durante muito tempo, prevaleceu a versão de que Iara Iavelberg se matou, disparando contra o próprio coração, para evitar as torturas a que certamente seria submetida se fosse apanhada viva no apartamento da Pituba, em Salvador, em 20 de agosto de 1971, onde estava encurralada pelos órgãos de segurança do regime ditatorial, entre eles, agentes do DOI-Codi/RJ deslocados para aquele estado na perseguição final a Carlos Lamarca, morto no mês seguinte.

No momento de sua morte, Iara Iavelberg era uma das pessoas mais procuradas pelos órgãos de repressão política em todo o país, na medida em que já era conhecida sua relação amorosa com Lamarca, inimigo número 1 do regime naquela época. Na mesma operação de cerco, foi presa Nilda Carvalho Cunha, de 17 anos, que morreria em novembro do mesmo ano, logo após ser solta com profundos traumas decorrentes das torturas.

Nascida em uma família judia estabelecida no bairro do Ipiranga, em São Paulo, Iara Iavelberg sempre foi tida como pessoa muito inteligente e precoce, tendo interesse por diversificadas áreas da vida cultural, além de ser valorizada pela sua beleza física. Estudou na Escola Israelita do Cambuci, na capital paulista, casou-se pela primeira vez aos 16 anos e ingressou, em 1963, com 20 anos, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada na rua Maria Antônia, onde cursou Psicologia.

Durante as mobilizações estudantis de 1968, Iara já era psicóloga formada e trabalhava como assistente na própria faculdade. Mesmo não sendo uma dirigente do movimento estudantil naquele ano, mantinha imagem de verdadeiro mito entre as lideranças. Foi militante da Política Operária (Polop), da VAR-Palmares e da VPR, tendo ingressado no MR-8 poucos meses antes de morrer. Na VPR, participou de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

Sua vida foi retratada em livro por Judith Patarra e, parcialmente, no filme dirigido por Sérgio Rezende sobre Lamarca, baseado em livro de Emiliano José e Oldack Miranda. Em ambos, a versão oficial de suicídio, divulgada pelos órgãos de segurança, é aceita como verdadeira. Na tradição judaica, os suicidas devem ser

enterrados numa quadra específica do cemitério e com os pés – não a cabeça, como é usual – virados para a lápide.

Apenas em 22 de setembro de 2003, encerrando treze anos de ações judiciais mantidas pelos familiares, com apoio do advogado e deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o corpo de Lara foi finalmente exumado e retirado da ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo. O Poder Judiciário curvou-se aos argumentos jurídicos que ressaltavam as inúmeras contradições presentes na versão oficial dos órgãos de segurança, bem como no suspeito desaparecimento de laudos referentes à sua morte.

As circunstâncias em que morreu Lara são cercadas de dúvidas e contradições, principalmente pelo fato de que a própria versão oficial só foi divulgada um mês após a sua morte, em escassas linhas, juntamente com o anúncio da execução de Lamarca e de José Campos Barreto no sertão da Bahia.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 14, "Liberdade", Salvador

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o vídeo "Audiência da Comissão da Verdade trata do caso Lara Lavelberg"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=M9n-S0GYfs8>

Assistir o filme "Em busca de Lara" - estreia 28 de Maio de 2014

<http://www.embuscadeiara.com.br>

Link do trailer oficial:

<http://www.youtube.com/watch?v=6mAJEQST8ZU>

ESMERALDINA CARVALHO CUNHA

1922-1972



BIOGRAFIA

Esmeraldina Carvalho Cunha foi encontrada morta na sala de sua casa, em Salvador, em 20 de outubro de 1972, aos 49 anos. Seu corpo estava pendurado num fio de máquina elétrica. Esmeraldina fora casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais nova, Nilda Carvalho Cunha, havia morrido um ano antes, em 14 de novembro de 1971, após dois meses de prisão e torturas em Salvador.

Outra filha, Leônia, foi militante do PCB e da Polop. Lúcia também chegou a ser presa, mas foi logo solta. A mais velha, Lourdes, foi cruelmente assediada durante muito tempo por agentes do Exército, o que lhe causou sérios problemas emocionais e comportamentais.

Esmeraldina, mãe exemplar, separada do marido, lutava pela vida de suas filhas militantes. A dor pela morte de sua caçula, Nilda, a transtornou. Mas seu suposto suicídio sempre foi questionado pela família. Sua filha mais nova fora presa na madrugada de 20 de agosto de 1972, juntamente com Jaileno Sampaio, seu namorado, na casa onde foi morta Lara Iavelberg, conforme descrito na chamada Operação Pajuçara, organizada pelos órgãos de segurança "para capturar ou eliminar" o guerrilheiro Carlos Lamarca.

Assim que soube da prisão de Nilda, Esmeraldina revirou a Bahia. Procurou os comandantes militares, o juiz de menores, advogados, tentou romper a incomunicabilidade imposta pelo regime. Só conseguiu ver a filha tempos depois, na Base Aérea de Salvador, quando a encontrou em estado lastimável, em consequência das torturas.

Esmeraldina enfrentou, por duas vezes, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira, um dos carcereiros da filha, conforme relata o livro Lamarca, o capitão da guerrilha, de Emiliano José e Oldack Miranda. Na primeira vez, o major tentou impor como condição para a soltura de Nilda que a mãe voltasse a viver com o ex-marido, fato que não se concretizou e quase impediu a liberdade da filha.

Na segunda vez, o major esteve no quarto de hospital em que Nilda, já em liberdade, estava internada para tratamento. Sua presença e as ameaças de fazê-la

retornar à prisão agravaram o estado de Nilda, que morreu dias depois, em circunstâncias nunca esclarecidas.

Esmeraldina não suportou a morte prematura da filha caçula, entrou em depressão profunda e foi internada no sanatório Ana Nery. Ao sair, passou a buscar desesperadamente as pessoas que poderiam esclarecer o que ocorrera com Nilda: seu médico, que viajara para a Europa, e os diretores dos hospitais onde estivera internada. Não encontrava ninguém. Oldack Miranda e Emiliano José descrevem em seu livro: “Ela não se conformava com a morte da filha, chorava, andava pelas ruas da cidade, delirava e gritava: – Eles mataram minha filha, uma criança! Eles mataram minha filha. São assassinos, do Exército, do governo. Estão matando estudantes... Até que aparecia alguém e a levava para casa. Mas em qualquer lugar recomeçava de repente a gritar, a falar contra o governo. Incomodava”.

Em certa ocasião, quando bradava pelas ruas a morte de Nilda, Esmeraldina foi detida por uma radiopatrulha, levada à Secretaria de Segurança Pública e liberada por intervenção de uma amiga que a vira chegar presa. Recebeu, tempos depois, a visita de um estranho, que lhe levou um recado: “o major mandou avisar à senhora que se não se calar, nós seremos obrigados a fazê-lo”. Mas Esmeraldina não se intimidou e não se calou – as praças e ruas de Salvador continuaram a acolher sua angústia e suas denúncias.

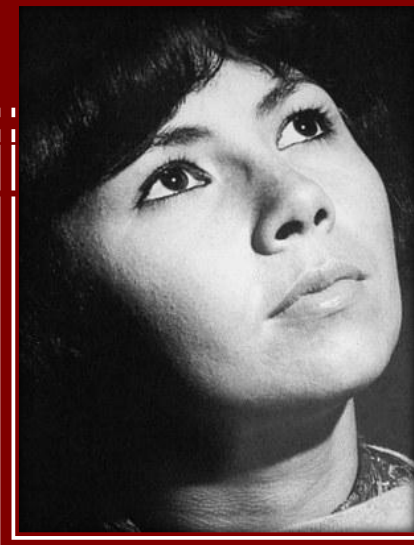
A CEMDP considerou que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em consequência de seus atos públicos contrários aos interesses da época, resultantes de seu inconformismo e de seu conhecimento das atrocidades praticadas por agentes do poder público.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 15, “Flor de Liz”, Bom Jesus da Lapa

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA

1941-1971



BIOGRAFIA

Paulista de Bebedouro, Heleny, para nós Lenita, foi casada com Ulisses Telles Guariba, professor de história na USP. Tiveram dois filhos – Francisco e João. Ela se especializou em cultura grega, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Em 1965, recebeu uma bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, especializando-se na Europa até 1967. De volta ao Brasil, dirigiu um grupo de teatro em Santo André. Em março de 1970, foi presa pela primeira vez por pertencer à Vanguarda Popular Revolucionária, VPR.

Heleny foi torturada na Operação Bandeirante (DOI-Codi/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou dois dias internada no Hospital Militar, em razão de hemorragia provocada pelos espancamentos, até ser transferida para o Dops/SP e depois para o Presídio Tiradentes. Solta em abril de 1971, ela se preparava para deixar o país quando, em 12 de julho, foi presa no Rio de Janeiro por agentes do DOI-Codi. Familiares e advogados fizeram buscas nos órgãos de segurança mas seu corpo nunca foi encontrado, apesar dos esforços do sogro, Francisco Guariba, um general que se opôs à ditadura e fez tudo para encontrar a nora, embora ela estivesse separada de seu filho, Ulisses, há quase dois anos.

A prisão e o desaparecimento de Heleny foram relatadas por Inês Etienne Romeu. Ela testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), chamado de “Casa da Morte”, ali esteve, dentre outros desaparecidos, uma moça, que acredita ser Heleny. Lá, ela foi torturada por três dias e viveu na mesma cela que a presidente Dilma Rousseff.

Frei Betto, que esteve preso com Heleny, a descreve assim em uma carta transcrita no livro Batismo de Sangue: *“Pequena, arisca, você sempre me pareceu uma pessoa muito bonita, dessa beleza que vem de dentro para fora, enraizada no espírito ágil, que conserva, no corpo, o jeito de menina. Mesmo na prisão, sua alegria contagiava. Guardo de você a última vez que a vi. Era seu aniversário e seus filhos levaram um bolo com velinhas e um presente. Ao desfazer a fita de cetim rosa e papel colorido, você viu o que era e achou muita graça, começou a mostrar a todo mundo, a beijar as crianças que, como você, riam das calcinhas em suas mãos. Logo você foi solta,*

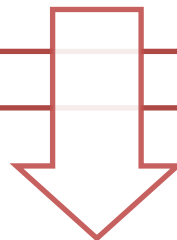
pois apesar das torturas que sofreu nada conseguiram provar contra você. Em julho de 1971, correu a notícia de seu desaparecimento. Sabe-se que foi pelos órgãos de segurança e consta que morreu sob tortura. Disseram que jogaram o seu corpo no mar. Não sei, não posso admitir. Só sei que agora lemanjá tem um rosto conhecido e um jeito alegre de menina prestativa”.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 16, “Pérolas da Luz”, Brumado

Leitura da Biografia no relatório da
bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Comissão da Verdade
toma depoimentos sobre Heleny
Guariba e Paulo de Tarso"

Link:
[http://www.youtube.com/watch?v=k
NBENRRIn6w](http://www.youtube.com/watch?v=kNBENRRIn6w)



HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH

1944-1972



BIOGRAFIA

Helenira Rezende de Souza Nazareth nasceu na pequena cidade de Cerqueira César, no interior de São Paulo e era filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Rezende de Souza Nazareth. Muito pequena mudou com a família para Assis. Nessa cidade passou parte da infância e toda adolescência, vindo a concluir o Curso Clássico na EEPSG Prof. Clibas Pinto Ferraz. Foi jogadora da seleção de basquete de Assis, onde destacou-se por ser uma excelente atleta, não por acaso foi também medalhista na modalidade de salto a distância. Desde cedo preocupava-se com questões sociais e dedicava-se ao estudo do marxismo, tais fatos certamente contribuíram para que fosse uma liderança no meio estudantil de sua cidade, tendo sido a primeira presidente e fundadora do Grêmio Estudantil da escola Prof. Clibas Pinto Ferraz.

Transferiu-se para São Paulo, Capital, onde começou a cursar Letras na Faculdade de Filosofia da USP, à época na rua Maria Antonia. Novamente destacou-se como líder estudantil, além de colocar em circulação posições avançadas para o período. Chegou a ser vice-presidente da UNE, em 1968. Nesse ano foi presa no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Levada para o presídio Tiradentes, foi transferida para o DOPS, onde foi jurada de morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Helenira foi solta por força de habeas-corpus. Desse momento em diante sua vida se deu na clandestinidade, vivendo em diversos locais até ir para o Araguaia. Ali integrou o Destacamento A da guerrilha, quando foi morta enfrentando o aparato repressivo do regime militar. Por conta de sua coragem e liderança, o destacamento onde atuava passou a chamar-se Destacamento Helenira Rezende.

Segundo a família, Helenira era tratada como Nira pelos familiares; os colegas de USP chamavam-na Preta; os companheiros do Araguaia de Fátima.

Integrante do Destacamento A da guerrilha, onde usava o nome Fátima, Helenira fazia parte de um grupo emboscado por fuzileiros navais em 29 de setembro de 1972. Ferida no tiroteio e metralhada nas pernas, recusou-se a entregar a localização dos companheiros aos militares e foi torturada e morta a golpes de baioneta.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram o seu nome a

ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Grajaú, na capital paulista, e Vila Esperança, no interior do estado. A cidade de Guarulhos (SP) também deu o seu nome a uma de suas ruas. Além disso, o sindicalista Chico Mendes, conhecido mundialmente pela luta em defesa da floresta Amazônica, assassinado por fazendeiros em 22 de dezembro de 1988, deu o nome Helenira a sua primeira filha.

No ano de 2012, a Associação de Pós-graduandos da Universidade de São Paulo, decidiu prestar homenagem a Helenira e ao seu passado de lutas por um outro Brasil, batizando a entidade com seu nome.

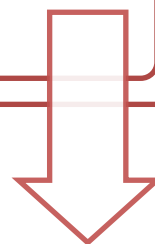
SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 17, “Lírios do Paraguaçu”, São Félix

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Helenira Resende de
Souza Nazareth"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=TadKENoojYo>



GASTONE LÚCIA DE CARVALHO BELTRÃO

1950-1972



BIOGRAFIA

Alagoana de Coruripe, Gastone manifestou desde jovem preocupação com as desigualdades sociais. Ainda adolescente, visitava presos comuns, levando-lhes roupas e alimentos. Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva, em Maceió, e concluiu o segundo grau no Rio de Janeiro, onde moravam seus avós.

Em 1968, de volta a Maceió, Gastone prestou vestibular para Economia na Universidade Federal de Alagoas, entrando em terceiro lugar. A partir de então, sua militância política se tornou mais efetiva, inicialmente na JUC (Juventude Estudantil Católica). Em 1969, já integrada à ALN, viajou para Cuba, onde recebeu treinamento militar. Foi localizada e executada em São Paulo pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, quando tinha retornado ao Brasil havia menos de um mês. No entanto, a versão oficial, que prevaleceu durante muitos anos, indicava a morte de Gastone em tiroteio com a polícia.

Apenas dois meses depois, a mãe de Gastone, dona Zoraide, e seu pai, o médico sanitarista João de Castro Beltrão, receberam de uma freira a informação de que algo acontecera à filha deles. Dona Zoraide foi imediatamente ao Dops paulista e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Fleury, que inicialmente dizia não se lembrar do caso, mas acabou por lhe dizer que a filha era uma moça muito corajosa e forte e resistira até a última hora. Gastone tinha sido enterrada como indigente. Foi preciso esperar três anos para que o traslado para Maceió fosse realizado. Hoje, seus restos mortais estão sepultados na tumba da família Beltrão, no cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Por solicitação da CEMDP, o processo de Gastone foi submetido a exame pelo perito criminal Celso Nenevê. Pela análise das fotografias, que o deixaram perplexo pelo absurdo número de ferimentos que mostram, ele constatou que a militante tinha 34 lesões, enquanto o laudo oficial descrevia 13 ferimentos a bala com os respectivos orifícios de saída. O perito se concentrou em duas lesões, uma na região mamária e outra na região frontal. Ampliou a foto da ferida na região mamária 20 vezes. Abramovitch descrevera a lesão como resultante de "tangenciamento de projétil de

arma de fogo". Nenevê concluiu que, ao invés de tiro, tratava-se de uma lesão em fenda, produzida por faca ou objeto similar.

Nenevê concluiu seu parecer afirmando que tanto o relatório de local como o laudo médico-legal não estabelecem pormenores que possibilitem compatibilizar as lesões descritas para o cadáver – o legista constatou “fratura de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito” – com as circunstâncias em que fora travado o aludido tiroteio. Salientou ainda que Gastone, a partir do momento em que teve os membros superiores inabilitados, não podia oferecer resistência armada.

As circunstâncias da morte não puderam ser restabelecidas com clareza até hoje, mas a CEMDP reconheceu, por decisão unânime, que Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, cujo cadáver mostrava 34 lesões, na maioria tiros, mas também facada, marca de disparo à queima-roupa, fraturas, ferimentos e equimoses, não morrera no violento tiroteio alegado pelo Dops e pelos documentos oficiais, e sim depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 18, “Pérolas da Acácia”, Itajuípe

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO

1946-1972



BIOGRAFIA

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, era a responsável pela imprensa da UEE/SP. Manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos 1967 e 1968. Conhecida como Lola, foi namorada de José Roberto Arantes de Almeida (assassinado em 1971). Trabalhou no Banco do Brasil, na agência do Brás, em São Paulo. Foi militante do PCB, pertenceu à DISP e, após o AI-5, passou a atuar politicamente na clandestinidade. Integrou-se à ALN, atuando no Rio de Janeiro (RJ), onde foi responsável pela imprensa, publicando o jornal da organização chamado Ação.

Foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que matou um policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado.

Foi torturada desde o momento de sua prisão na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Invernada de Olaria, onde continuou sendo torturada por policiais do DOI-CODI/RJ e integrantes do Esquadrão da Morte.

Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais pau-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a “coroa de Cristo”, ou torniquete, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima.

Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas, quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML/RJ classificado como o de “desconhecida”, pela guia 43 da 26ª DP.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seus pais e sua irmã, que constataram, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. Seu corpo foi trasladado para São Paulo em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto.

Sua morte foi denunciada pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos Brasileiros em documento intitulado *Aos Bispos do Brasil*, divulgado em fevereiro de 1973, e encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP.

A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance *Em Câmara Lenta*, de 1977, escrito pelo ex-presos político e cineasta Renato Tapajós.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua situada no Conjunto Habitacional Jova Rural, e a cidade do Rio de Janeiro a uma rua no bairro de Bangu.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 19, “Guardiãs da Terra Mater”, Porto Seguro

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Comissão da Verdade
analisa casos de Issami Okano e Aurora
Nascimento Furtado."

Link:

[http://www.youtube.com/watch?v=2GN
Sws-_eV8](http://www.youtube.com/watch?v=2GN
Sws-_eV8)

SOLEDAD BARRETT VIEDMA

1945-1973



BIOGRAFIA

Nascida no Paraguai e tida como mulher de rara beleza, Soledad era neta de um importante escritor, jornalista e intelectual paraguaio, nascido na Espanha: Rafael Barret. Tanto o pai quanto o avô foram perseguidos por suas ideias políticas. Assim, quando Soledad tinha apenas três meses de idade, a família fugiu para a Argentina, onde viveu cinco anos; em quatro dos quais o pai esteve preso ou foi perseguido, tanto pela polícia paraguaia quanto pela argentina. A família regressou ao Paraguai, mas voltou a se exilar – agora no Uruguai – após a implantação da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

No Uruguai, de acordo com sua irmã Namy Barret, Soledad foi raptada em julho de 1962, aos 17 anos, por um grupo neonazista, que a colocou em um automóvel e, sob ameaças, quis obrigá-la a gritar palavras de ordem contrárias às suas ideias. Por ter se negado, os raptadores gravaram em sua carne, com uma navalha, a cruz gamada, símbolo do nazismo.

Começou assim um ciclo de perseguições e prisões mostrando que, para a polícia uruguaia, Soledad passou de vítima a culpada. Ela decidiu deixar o país e seguiu para Cuba, onde conheceu o exilado brasileiro José Maria Ferreira de Araújo – militante da VPR conhecido como Arariboia ou Aribóia, desaparecido no Brasil em 1970 –, com quem se casou e teve uma filha, Nasaindy de Araújo Barret.

No Brasil, onde passou a militar pela mesma organização, Soledad foi morta, juntamente com mais seis companheiros, no chamado Massacre da Chácara São Bento, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 em Paulista, na grande Recife. A militante era companheira do cabo Anselmo, codinome Daniel, apontado como agente policial infiltrado na VPR e responsável por levar os agentes do Estado até as vítimas do massacre.

A versão oficial de que havia ocorrido um tiroteio foi desmontada pelas investigações posteriores. Os processos formados no âmbito da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reuniram provas consistentes de que, na verdade, os seis militantes foram presos em locais diferentes e mortos sob tortura.

A militante paraguaia foi enterrada como indigente, sem qualquer identificação, no cemitério da Várzea, no Recife. O cantor e compositor Daniel Viglietti, espécie de Geraldo Vandré uruguaio, quando se apresenta em turnês mundiais, sempre canta a canção que compôs em homenagem a Soledad Barret. Além disso, o poeta maior do país vizinho, Mario Benedetti, escreveu para ela um belo poema, "Muerte de Soledad", com os versos:

*Con tu imagen segura
Con tu pinta muchacha
Pudiste ser modelo
Actriz
Miss Paraguay
Carántula
Almanaque
Quién sabe cuántas cosas
Pero el abuelo Rafael, el viejo anarco
Te tironeaba fuertemente la sangre
Y vos sentias callada esos tirones
Soledad no viviste en soledad
Por eso tu vida no se borra
Simplesmente se colma de señales*

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 20, "Livramentense", Livramento de Nossa Senhora

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária
ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Soledad Barret (trecho de "Utopia e
Barbárie", doc de Silvio Tendler)"

Link:

http://www.youtube.com/watch?v=LsCBXA6z_gc

Assistir o video "Daniel Viglietti - Soledad
Barret"

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=21Kb1-a7Sk>

ÍSIS DIAS DE OLIVEIRA

1941-1972



BIOGRAFIA

Ísis nasceu e cresceu em São Paulo. Iniciou os estudos no Grupo Estadual Pereira Barreto, fez o ginásio no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e o curso clássico no Colégio Santa Marcelina. Estudou piano e fez curso de pintura e escultura na Fundação Álvares Penteado. Falava inglês, que estudou na União Cultural Brasil-Estados Unidos, e dominava também o francês e o espanhol. Trabalhou como secretária bilíngue na Swift. Em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na USP e passou a morar no Crusp, o conjunto residencial da universidade.

Trabalhou no Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e casou-se, em 1967, com José Luiz Del Royo, também integrante da ALN na fase de sua fundação e, em 2006, eleito senador na Itália. Ísis frequentou o curso de Ciências Sociais até o terceiro ano e, segundo informações dos órgãos de segurança, esteve em Cuba, onde participou de treinamento de guerrilha em 1969. Já separada de Del Royo, retornou clandestinamente ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir de meados de 1970.

Em 30 de janeiro de 1972, Ísis, juntamente com Paulo César Botelho Massa, que residia na mesma casa que ela e também militava na ALN, foi presa pelo DOI-Codi/RJ.

No dia 4 de fevereiro, Aurora Maria Nascimento Furtado, colega de Ísis na USP e na ALN, que também seria morta sob torturas dez meses depois, telefonou a Edmundo, pai de Ísis, avisando da prisão da amiga. “Ela corre perigo, tratem de localizá-la”, disse-lhe. E foi o que tentaram com persistência: impetraram cinco habeas corpus por meio da advogada Eny Raimundo Moreira, todos negados. Foram a todas as unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica do Rio de Janeiro e de São Paulo, e onde mais imaginassem poder ter notícias de Ísis.

Vasculharam os arquivos dos cemitérios do Rio de Janeiro, Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Sem falar das muitas cartas escritas com a letra miúda da mãe ao presidente da República, às autoridades civis e religiosas. Dezenas de pastas guardam os documentos da família na busca por Ísis. Trechos do depoimento de dona Felícia retratam a luta dos familiares: [...] *Ísis mostrava-se segura e coerente com suas definições de vida. Este nos pareceu ser o traço mais marcante de sua personalidade. Verificamos uma total coerência na sua maneira de pensar e agir.*

Em 16 de junho de 1970, Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes, nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se, ela disse: – Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês. Eu fiquei muito nervosa com essa informação [...].

Em matéria do jornal Folha de S.Paulo, publicada em 28 de janeiro de 1979, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão confirmou a morte de Ísis e de Paulo César, dentre outros dez desaparecidos. No arquivo do Dops/PR, em uma gaveta com a identificação “falecidos”, foi encontrada a ficha da militante da ALN. A única prova concreta obtida em todos esses anos de busca foi dada pelo ex-médico Amílcar Lobo, que servia ao DOI-Codi/RJ e reconheceu a foto de Ísis dentre os presos que lá atendeu, sem precisar a data, numa entrevista publicada pela IstoÉ em 8 de abril de 1987.

Atualmente, O Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais (CeUPES) leva o nome de Ísis Dias de Oliveira, em uma homenagem póstuma.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 21, “Amor e União”, Itapetinga

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Caso de Ísis Dias de
Oliveira são ouvidos pela Comissão da
Verdade SP."

Link:

http://www.youtube.com/watch?v=4_-qGpJAm8E

ZULEIKA ANGEL JONES

1923-1973



BIOGRAFIA

"Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho." O trecho da carta escrita em 23 de abril de 1975 pela estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e entregue ao compositor Chico Buarque e outros amigos, representou uma verdadeira premonição a respeito de sua morte um ano depois.

Zuzu Angel morreu em 14 de abril de 1976 num acidente automobilístico na saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro. A suspeita de que o acidente tivesse sido provocado surgiu imediatamente em todas as pessoas bem informadas sobre o que era o aparelho de repressão política do regime militar. Mas foi somente através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que se tornou possível elucidar os fatos. Ficou provado que sua morte foi desdobramento e consequência da morte do filho, Stuart Edgard Angel Jones, em 1971.

Profissional de sucesso – vestia atrizes como Liza Minnelli e Joan Crawford –, Zuzu transformou o desaparecimento de Stuart num acontecimento que provocou desgaste internacional para o regime militar, despertando a ira dos porões da ditadura, que passaram a vê-la como ameaça.

Buscando incansavelmente o paradeiro do filho, Zuzu Angel esteve nos Estados Unidos com o senador Edward Kennedy; furou o cerco da segurança norte-americana e conversou com o então secretário de Estado Henry Kissinger, em visita ao Brasil; prestou detalhado depoimento ao historiador Hélio Silva; e escreveu ao presidente Ernesto Geisel, ao ministro do Exército, Sylvio Frota, ao cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e à Anistia Internacional. Em um de seus desfiles, estampou os figurinos com tanques de guerra e anjos. Em português, a palavra inglesa angel quer dizer anjo. Quando começou a receber ameaças de morte, alertou os amigos.

Zuzu estava absolutamente sóbria na noite do acidente e, uma semana antes, tinha feito uma revisão completa em seu carro, que, sem aparente motivo, desviou-se da estrada e capotou diversas vezes em um barranco. A análise das fotos e dos laudos periciais, as inúmeras contradições e omissões encontradas no inquérito e os depoimentos de testemunhas oculares compuseram uma base robusta para a decisão

da CEMDP reconhecendo a responsabilidade do regime militar por mais essa morte de opositor político.

Em 1987, Virgínia Valli publicou o livro *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho* – a verdadeira história de um assassinato político. Em 2006, o diretor Sérgio Rezende levou às telas a cinebiografia da estilista, interpretada pela atriz Patrícia Pilar. A música *Angélica*, que Chico Buarque e Milton Nascimento compuseram em sua homenagem, em 1977, evoca a sua dor e uma das versões existentes para o desaparecimento do corpo de Stuart – jogado de helicóptero no Atlântico –, além dos figurinos com motivo de anjos e tanques que ela apresentou num desfile:

*Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar*

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 22 “Esperança”, Camaçari

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou
em outro momento oportuno.

Assistir o filme "Zuzu Angel"

Ouvir a música "Angélica"

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=bxsix8bNfFE>

MARIA AUXILIADORA LARA BARCELLOS

1945-1976



BIOGRAFIA

"Pisei no calcanhar do monstro e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrolável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde-amarelo de pés imensos de barro. Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro."

"Dodora" Barcellos, a Maria Auxiliadora.

Em 1º de junho de 1976, Maria Auxiliadora atirou-se nos trilhos de trem da estação de metrô Charlottenburg, em Berlim Ocidental, na Alemanha, e teve morte instantânea. Conhecida pelos amigos como Dora ou Dorinha, ela havia sido presa sete anos antes, no dia 21 de novembro de 1969, juntamente com seus companheiros da VAR-Palmares Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Os três foram torturados no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar. Chael foi morto em menos de 24 horas.

Vítima de cruéis torturas, Dora passou pelos presídios de Bangu, no Rio de Janeiro, e Linhares, em Juiz de Fora (MG). Foi banida e enviada para o Chile com outros 69 presos políticos em 13 de janeiro de 1971, no episódio do sequestro do embaixador suíço no Brasil. Nunca mais conseguiu se recuperar plenamente das profundas marcas psíquicas deixadas pelas sevícias e violências de todo tipo a que foi submetida.

Mineira de Antônio Dias, Maria Auxiliadora era filha de um agrimensor e, por isso, passou a infância em várias cidades do interior de Minas Gerais. Estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte e, quando criança, pensou em ser freira. Despertou muito cedo para as questões sociais e lecionou durante dois anos na escola de uma favela. Em 1965, começou a cursar Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, ainda estudante, deu plantões na área de Psiquiatria e no pronto-socorro do hospital Galba Veloso.

Participante das mobilizações estudantis de 1968 e já militante do Colina, que se transformaria logo depois em VAR-Palmares, Dora deixou o quinto ano de Medicina

após o AI-5, e mudou-se para o Rio de Janeiro, em março de 1969, passando a atuar na clandestinidade.

Durante a permanência no Chile, tentou tratar-se das sequelas das torturas. Após setembro de 1973, com a deposição de Salvador Allende, ela conseguiu asilo na embaixada do México, onde trabalhou como intérprete até seguir para a Europa, através da Cruz Vermelha. Passou pelo México, pela Bélgica e pela França, chegando à Alemanha em 10 de fevereiro de 1974. Nesse país, conseguiu uma bolsa para completar o curso de Medicina. Pouco antes de concluir os estudos, foi internada para tratamento psiquiátrico.

Maria Auxiliadora denunciou as torturas sofridas e o assassinato de Chael. Respondendo a outro processo em São Paulo, declarou em 17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria: *[...] perguntada se tem outras declarações a fazer, respondeu afirmativamente e declarou [...] que não cometeu crime algum [...] nem eu nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha de comparecer em juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; [...]*

Em São Paulo, encontra-se, hoje, em pleno funcionamento, na periferia leste da capital, Cidade Tiradentes, o Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcellos.

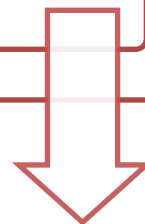
Durante o exílio, seu companheiro de banimento, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, hoje professor no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizou um filme sobre o drama de Dorinha e posteriormente, seu sobrinho cineasta Philipe Ratton produziu o filme “Perdão, meu capitão, mas eu sou gente” em homenagem a sua tia.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL 23, “Flor de Mandacaru”, Casa Nova

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o vídeo "VIDEO HISTÓRICO E INEDITO SOBRE TORTURAS NO BRASIL - 1ª Parte." do minuto 4:40 ao 6:40.

Link: <http://www.youtube.com/watch?v=yFfD4f-lg8w>



ANA MARIA NACINOVIC CORRÊA

1947-1972



BIOGRAFIA

Enquanto os militantes da ALN Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no restaurante Varela, no bairro da Mooca, em São Paulo, em 14 de junho de 1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados. Rapidamente, os agentes do DOI-Codi montaram emboscada em torno do local, mobilizando grande contingente policial. Como resultado da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato. Antônio Carlos Bicalho Lana, mesmo ferido, conseguiu escapar e relatou o ocorrido a seus companheiros. Ana Maria cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, mantido por freiras em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Terminou o científico com 17 anos e sua inclinação para a matemática levou-a a frequentar um curso pré-vestibular para Engenharia, plano que abandonou em função de seu casamento. Ligou-se à ALN no Rio de Janeiro, mas foi deslocada para o comando regional da organização em São Paulo, onde participou de inúmeras ações armadas entre 1971 e 1972. Ana Maria havia sido a única sobrevivente da emboscada armada pelo DOI-Codi/SP em setembro de 1971, na rua João Moura, em São Paulo, na qual um comando da ALN caiu.

Somente a partir da abertura dos arquivos do Dops/SP começaram a surgir elementos que colocaram em dúvida a versão de que Ana Maria, Iuri e Marcos teriam morrido em tiroteio. Não foi possível reconstituir toda a verdade dos fatos, mas as mortes certamente não ocorreram no local, conforme a narrativa oficial.

O depoimento de uma testemunha, documentos oficiais localizados e perícias realizadas nos restos mortais dos militantes derrubaram tal hipótese. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) apurou que os três militantes não foram levados diretamente para o Instituto Médico Legal (IML), e sim à 36a DP, na rua Tutoia, sede do DOI-Codi/SP, em cujo pátio foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade. Francisco não conhecia Marcos Nonato, mas reconheceu os corpos de Ana Maria e Iuri.

**SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO
BETHEL 24, “Pérolas do Oriente”, Santa Maria da Vitória**

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.



BIOGRAFIA

Carioca e afrodescendente, Ieda era advogada e, embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11 de abril de 1974, quando desapareceu. Sua atuação política teve início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando estudava direito na Universidade de Brasília (UnB) e participava discretamente das mobilizações estudantis que marcaram o período. Ao mesmo tempo, entre 1967 e 1970, trabalhou no Plano Nacional de Educação como assistente da assessoria jurídica do Ministério da Educação e Cultura. Formou-se advogada em 1969 e falava francês, italiano, inglês e espanhol.

Em seguida, Ieda foi estagiária e, depois, assistente jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia. Em 1973, passou a trabalhar como secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais. Ao ser presa, aguardava sua transferência para Brasília. Como funcionária do Ministério, fez curso de especialização na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, de setembro de 1971 a março de 1972.

Ieda viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa de 1974, no dia 11 de abril, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN que precisava deixar o país. Não retornou ao Rio de Janeiro. Por telefonema anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa na capital paulista. Sua mãe, Eunice, viajou imediatamente para a cidade e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha.

Chegou a obter a informação, através de um general, seu amigo, de que Ieda estivera presa em Campinas (SP), onde chegou a ser hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permaneceu por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos habeas corpus impetrados foram negados. Um mês depois da prisão da filha, Eunice passou a receber cartas de Ieda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em correspondência postada em Belo Horizonte, Ieda dizia para a família não se preocupar, pois estava bem. Um mês depois, chegou outra carta, nos mesmos termos, postada no Uruguai. A letra, no entanto, estava muito tremida. Eunice fez exames grafológicos e constatou que a caligrafia era de Ieda.

Nesse período do regime militar, em que o desaparecimento se tornou regra sistemática nos órgãos de segurança, repetiram-se várias vezes episódios como esse em que, além do violento trauma trazido pelo desaparecimento, os familiares passaram a ser submetidos a verdadeiras operações de contrainformação e, muitas vezes, foram alvo de chantagem para obtenção de dinheiro em troca de informações que, em nenhum dos casos, se comprovaram verdadeiras.

Ieda Santos Delgado foi homenageada, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com a denominação de ruas em bairros da periferia.

SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO BETHEL UD, “Brunna Pivetta”, Eunápolis

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o vídeo "Ato Tortura Não
Tem perdão."

Link:

<http://www.youtube.com/watch?v=wDFx8HqrAB4>

MARIA REGINA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO

1938-1972



BIOGRAFIA

Lígia e Maria Regina foram assassinadas em 29 de março de 1972 no episódio conhecido como "Chacina de Quintino", juntamente com outros dois militantes da VAR-Palmares: Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Wilton Ferreira. Até hoje, as circunstâncias dessas mortes não foram esclarecidas.



LÍGIA M^a SALGADO NÓBREGA

1947-1972

A versão dos órgãos de segurança só foi divulgada uma semana depois, em 6 de abril. As manchetes dos jornais informavam que nove militantes teriam se entrincheirado na casa 72, na avenida Suburbana, no 8.695, no bairro de Quintino,

no Rio de Janeiro.

Em tiroteio com a polícia, três deles teriam morrido no local (Antônio Marcos, Lígia Maria e Maria Regina), enquanto os demais teriam conseguido fugir. Segundo o "Livro Negro" do Exército, essa residência seria o aparelho onde moravam James Allen da Luz, o principal dirigente da VAR naquele momento, e Lígia Maria.

O número da casa também é informado em documentos oficiais como sendo 8.988. Lígia Maria, a terceira de seis irmãos, nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas viveu desde criança em São Paulo. Estudou no Colégio Estadual Fernão Dias, no bairro de Pinheiros, onde fez o curso normal. Em 1967, ingressou no curso de Pedagogia da USP, onde se destacou por sua capacidade intelectual, pela liderança no grêmio local e por buscar modernizar os métodos de ensino. Trabalhava também como professora. Em 1970, engajou-se nas atividades clandestinas da VAR-Palmares.

Os órgãos de segurança a indicavam como participante da execução de um marinheiro inglês, David Cuthberg, em 5 de fevereiro de 1972, numa ação que pretendia simbolizar a solidariedade dos revolucionários brasileiros com a luta do povo irlandês e com o Exército Republicano Irlandês (IRA). Foi morta aos 24 anos, quando estava grávida de dois meses.

Maria Regina nasceu no Rio de Janeiro, sendo a quinta dos seis filhos de um médico pesquisador do Fundação Oswaldo Cruz e de uma assistente social do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Fez o primário e o ginásio no Colégio Sacré-Coeur de Jésus e o científico nos colégios Resende e Aplicação, da Faculdade Nacional de Filosofia. Formou-se em Pedagogia em 1960 pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Foi integrante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) e desenvolveu longo trabalho como educadora na cidade de Morros, interior do Maranhão, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica. Ali, permaneceu entre dois e três anos. Foi então transferida para Recife, onde conheceu Raimundo Gonçalves Figueiredo, com quem se casou em 1966. Na época, os dois eram militantes da AP. Juntos, trabalharam em um projeto da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a educação de índios no Paraná. Após a morte de Raimundo, em 28 de abril de 1971, Maria Regina voltou ao Rio de Janeiro. O casal deixou duas filhas: Isabel e Lara, que tinham três e quatro anos quando a mãe foi morta, aos 33 anos.

Consta no “Livro Negro” do Exército que Maria Regina era a responsável pelo setor de imprensa da Var-Palmares no Rio de Janeiro, que produzia o jornal União Operária. Maria Regina foi ferida na perna e, posteriormente, presa pelos agentes policiais. Sua família, ao receber o corpo, constatou que a perna estava inchada, o que indica que a militante não havia morrido naquele momento.

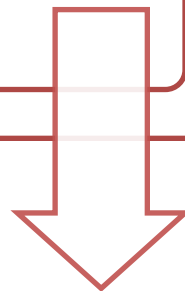
A família de Lígia morava em São Paulo quando recebeu a visita de um agente policial que buscava informações sobre ela, pouco antes de ver anunciada sua morte em um noticiário na televisão. Lígia foi reconhecida no IML, em 7 de abril, pelo irmão Francisco, médico, que comprovou a presença em seu corpo de escoriações e manchas escuras nas costas e nas regiões laterais do corpo, além de marcas de tiros na cabeça e no braço.

**SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO
BETHEL UD, "Rosas do Grande Lago", Remanso
&
BETHEL UD, "Flor de Lótus", Serrinha**

Leitura da Biografia no relatório da
Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

Assistir o video "Comissão da Verdade
do RJ investigou a Chacina de Quintino

Link:
[http://www.youtube.com/watch?v=tYS6
AfD75c8](http://www.youtube.com/watch?v=tYS6AfD75c8)



MARILENA VILLAS BOAS PINTO

1948-1971



BIOGRAFIA

Estudante do segundo ano de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro (RJ), Marilena passou a viver na clandestinidade a partir de 1969. Juntamente com seu companheiro Mário de Souza Prata, ela foi presa e morta nos primeiros dias de abril de 1971, no Rio de Janeiro.

A morte dos dois somente foi divulgada em junho, dois meses após o ocorrido. Mas a versão oficial já existia antes, conforme a informação no 624/71-G do Ministério do Exército, 2ª seção, datada de 23 de abril de 1971, localizada nos arquivos do Dops. Segundo relatório de prisão feito por Inês Etienne Romeu em 1981, Marilena foi levada para um sítio clandestino em Petrópolis (RJ), que ficou conhecido como “Casa da Morte”.

Em abril de 1997, Inês confirmou tal informação: “A pedido, confirmo integralmente o meu depoimento de próprio punho, sobre fatos ocorridos na casa em Petrópolis-RJ, onde fiquei presa de 8/5 a 11/8 de 1971. Esse depoimento é parte integrante do processo no MJ-7252/81 do CDDPH, do MJ. Nesse depoimento está registrado que o ‘dr. Pepe’ contou ainda que Marilena Villas Boas Pinto estivera naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares de Freiras, condenada à morte e executada. Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 6 a 8/5, que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE; que no dia 8/5, na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura”.

O corpo de Marilena foi entregue à família, em caixão lacrado, cinco dias depois da data da morte, e foi enterrado no cemitério São Francisco Xavier, no Caju. A causa mortis foi estabelecida como “ferimento penetrante de tórax com lesões do pulmão direito e hemorragia interna”.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) não conseguiu apurar as reais circunstâncias das duas mortes e se realmente houve o alegado enfrentamento na rua Niquelândia, já que não foi localizada a perícia de local e tampouco o laudo necroscópico de Mário Prata.

**SUGESTÃO DE HOMENAGEM/ATIVIDADES NO
BETHEL UD, “Luzes do Amanhã”, Teixeira de Freitas**

Leitura da Biografia no relatório da Bibliotecária ou em outro momento oportuno.

BIBLIOGRAFIA

- Informações tiradas do DOSSIÊ DITADURA: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009.
- “Documentos Revelados”. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/>
- “Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos”. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/>
- Associação Atlética e Acadêmica Ana Rosa Kucinski. Disponível em: <http://www2.iq.usp.br/aaaark/>
- “Conquista relembra os 50 anos do Golpe Militar”. Disponível em: <http://www.uesb.br/>
- Comissão da Verdade do estado de São Paulo – Rubens Paiva. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.org.br/>

UMA REALIZAÇÃO

Poliana Caires

Miss Filha de Jó Bahia
2012 - 2014

Marina Pinchemel

Miss Simpatia Bahia
2012 - 2014

APOIO

Conselho Guardião Jurisdicional da Bahia

2013 - 2014